

IDENTIDADE, CONHECIMENTO E RACISMO

A vivência, reflexão e combate ao racismo confronta-se inapelavelmente com uma questão que, subalternizada ou esquecida no afã da acção humanista, raramente chega a ser equacionada: o papel estrutural da apropriação e gestão da diferença na construção da própria identidade, individual e de grupo.

Essa questão deverá assumir, contudo, um papel essencial na reflexão acerca de estratégias a seguir no combate ao racismo e às suas causas, quanto mais não seja enquanto pano de fundo que, apesar disso, constrange objectivos a atingir e formas de os alcançar.

De facto, e pese embora as críticas que, no contexto das chamadas ciências sociais, são por vezes feitas a utilizações desse conceito enquanto princípio de explicação para quase tudo, a noção de **identidade** e o quadro de referências que a constituem são essenciais para a vida em sociedade - seja esta qual for. Simultaneamente, a construção da identidade, individual e colectiva, assume-se como um vector essencial do processo de socialização que habilita cada indivíduo a relacionar-se, a interagir de forma socialmente aceite com os outros, no grupo humano "a que pertence".

A questão aqui pertinente é que, tanto quanto o pode afirmar até hoje o conhecimento antropológico, a(s) identidade(s) não se cria(m), reproduz(em) e transmite(m) tanto pela afirmativa mas, de forma universal, por oposição e contraste com o que é socialmente conceptualizado como "diferente".

Dessa forma, e mesmo sem termos que recorrer aos grupos humanos que se designam a si próprios como "Homens" (por oposição a toda a restante humanidade, projectada para uma noção extra-humana de "outro"), verificamos, nos casos etnográficos conhecidos, que grande parte dos quadros de classificação social, das regras de casamento e de relacionamento intergrupar, das produções e *performances* de carácter simbólico, têm por efeito, parte do seu sentido e (plausivelmente) da sua razão de ser, a marcação e reactualização da fronteira entre o "mesmo" e o "diferente".

Dir-se-á, com razão, que não existe qualquer fundamento logicamente imperativo para que essa construção do "eu" e do "nós" por oposição ao "outro" implique um seu menosprezo, ou a sua projecção para fora da noção de pessoa.

Não obstante, o que efectivamente se verifica é que, quando a diferença atribuída ao "outro" é maior do que a apenas necessária para permitir o casamento, ou ele é projectado para a esfera divina, semi-divina ou outro "nível" do mundo, ou é remetido (situação mais frequente e quase exclusiva no contexto cultural europeu) para uma posição vagamente infra-humana ou, pelo menos, conceptualmente inferior.

É a velha questão, "pecado original" da antropologia e do relacionamento humano, do **etnocentrismo** - o fenómeno que, decorrendo do processo que tenho vindo a relembrar, faz com que, nas relações com o que é considerado "outro", as suas formas de pensar, de agir e de representar o mundo e a sociedade, sejam vistas e analisadas à luz daquelas que são predominantes na sociedade de origem do observador e, na grande maioria dos casos, sejam subalternizadas relativamente a elas.

O etnocentrismo, em virtude do fenómeno socialmente imprescindível de que decorre, é inextripável - e esse é um aspecto que não pode ser ignorado ou negligenciado, pois equivale a dizer que é inextripável o processo cognitivo/social que serve de base e origem última ao racismo.

Contudo, nem o etnocentrismo tem necessariamente que transformar-se em racismo e xenofobia, nem essa transformação é independente do grau de conhecimento do "outro" (para lá dos esteriotipos para que é remetido), nem, por fim, a noção de "outro" deixa de ser socialmente produzida e, logo, socialmente modificável.

Um exemplo marcante deste último aspecto é-nos fornecido pelas aldeias de Rio de Moinhos do Sado e de S. Romão do Sado, perto de Alcácer do Sal.

Grande parte da sua população é, de acordo com a hipótese mais provável, descendente de escravos africanos que trabalhavam na cultura do arroz, estabelecidos nesse local no seguimento da proibição da escravatura no território continental. Apesar das relações matrimoniais que se foram estabelecendo com as aldeias vizinhas ao longo dos séculos entretanto decorridos, mantêm traços físicos desses seus ascendentes que são mais evidentes que os de muitas pessoas socialmente apontadas como "mulatos".

No entanto - e é isso que é fascinante - embora os habitantes das aldeias vizinhas também cataloguem de imediato um desses estranhos como "mulato", esses habitantes de S. Romão e de Rio de Moinhos são para eles tão alentejanos como quaisquer outros, sendo a sua zona de residência conceptualizada como o único factor de diferença, face a pessoas em todo o resto iguais.

Esta situação, resultante de uma contingência histórica muito diversa da miscelização que fez "desaparecer" nos genes da população "branca" actual o elevadíssimo número de africanos residentes em Lisboa nos séculos XVI e XVII, não é extrapolável para outros contextos. Mas não deixa, por causa disso, de ser uma demonstração da medida em que são relativos, socialmente produzidos e reapropriáveis, critérios aparentemente tão objectivos como os traços físicos habitualmente manipulados sob a vulgata "raça" - mesmo que, neste caso, a sua superação parta de uma integração/mimetismo feita à custa dos traços culturais e identitários do grupo integrado.

Mas que este exemplo, misturado com as nossas melhores intenções e com visões economicistas estreitas que por vezes acompanham a abordagem do racismo, não nos faça cair em ilusões.

É verdade que os indivíduos de evidente origem africana residentes em Portugal, sejam portugueses ou estrangeiros, tendem a ter trabalhos subalternos, condições económicas e de habitação difíceis, níveis de escolaridade modestos. É verdade que essa situação é também razão de discriminação dos supostos "autóctones" que delas comungam.

No entanto, não é essa situação que está na origem essencial das discriminações com que quotidianamente se confrontam (basta ver o caso daqueles que têm uma situação sócio-profissional confortável), mas a diferença que, plasmada indelevelmente na sua pele, leva a que sejam remetidos para a noção de "outro" - despoletando os processos anteriormente referidos, que poderiam operar mesmo na ausência de um recente passado colonial, como o que foi vivido pelo nosso país.

Assim, a sua discriminação sócio-económica é já em grande medida resultado de uma discriminação de carácter racista que a precede, não podendo a justa e necessária superação ou minimização da primeira resolver o problema de base constituído pela segunda. Consequentemente, a própria superação global da discriminação sócio-económica (mesmo que possível, neste quadro) seria ela própria, se isolada, contingente e reversível.

Não existirão então saídas? Creio não ser, de forma nenhuma, esse o caso, mas talvez seja necessário explorar também outros caminhos.

Referi já que a transformação do etnocentrismo em racismo nem é uma fatalidade, nem um processo independente do grau de conhecimento do "outro".

Fora de processos de integração/aculturação seculares como o que referimos, uma questão essencial é que, se um indivíduo com traços físicos evidentes de uma origem genealógica "distante" é inapelavelmente remetido para a categoria de "diferente", esse processo implica quase sempre a sua redução aos estereótipos que foram colados à diferença que lhe é atribuída e que contribuem para a reprodução do racismo.

Tal como a superação do racismo não se reduz à resolução das questões sócio-económicas, não poderá, por isso, passar pela tentativa de transformar o diferente em igual (a nível do discurso, uma falácia que nem sequer contribui para a superação de estereótipos; a nível das práticas, uma tentativa que apela para a "assimilação" despersonalizadora, desidentificadora e que, de forma também racista, nega o "outro"), nem pela apologia de uma "tolerância" que pressupõe, na sua própria formulação, que existiria alguma coisa de negativo a "tolerar".

A pedagogia do **carácter enriquecedor da diferença** pode, obviamente, assumir um papel central e estão longe de faltar exemplos que o argumentem - e, recorde-se, eles vão desde a importância das produções culturais tradicionais da África, Oceania e Japão na inspiração dos caminhos que mais marcaram as artes plásticas "ocidentais" neste século, passando pelo papel dos chamados "afro-americanos" na construção da(s) música(s) contemporânea(s), até, na situação portuguesa actual, à vivência pelos "autóctones" de produções musicais, gastronómicas, estéticas ou de formas de convivialidade e ludicidade adquiridas no processo de trocas culturais.

Contudo, essa pedagogia, se feita no abstracto, nem é necessariamente reversível sobre indivíduos e grupos concretos, nem permite superar aquilo que salientei como um dos pontos centrais do processo de construção do racismo: a limitação do "outro" a um estereótipo.

A superação desse processo implica obviamente conhecer e transmitir aquilo que é o "outro" para lá do estereótipo para que é remetido. A solução não é, todavia, tão simples, pois a questão não é só a ausência de **conhecimento**, mas igualmente a forma de o apreender (ela própria previamente marcada pelos estereótipos dominantes) e a vontade ou aceitação de o adquirir.

Mas um primeiro passo (e apenas isso) imprescindível é a produção desse conhecimento social e antropológico - tanto mais que, inclusivamente para quem mais teria necessidade de o possuir para agir, ele é extremamente limitado mesmo ao nível das situações e condições de vida. E, de facto, como pode uma Câmara Municipal ou outro organismo estatal intervir num problema se não conhece essas situações, essas discriminações, e tão pouco conhece as práticas e representações dos indivíduos envolvidos e as relações que se estabelecem entre os grupos que se olham mutuamente como "outros"?

Se a questão é candente ao nível da resolução de aspectos concretos, não o é menos para a resolução do problema de fundo.

Conforme referi, há obstáculos a transpor para a eficaz divulgação e utilização desse conhecimento na superação de estereótipos - e, conseqüentemente, na construção de processos enriquecedores de interculturalidade baseados no respeito mútuo e não na pretensa "integração" anuladora do "outro". São obstáculos que não devemos escamotear e que, envolvendo certamente tipos diversos de divulgação e convivialidade, exigem reflexões e formas de acção específicas e criativas para cada caso específico.

Mas teremos que assumir que o conhecimento disponível é muito insuficiente e, por muito que recusemos a arrogância de detentoras da verdade de algumas produções de ciências sociais, teremos também que assumir que, tal como não basta o discurso de um racista assumido para compreender o racismo, não basta, para basear a acção a todos

os níveis, o conhecimento que as vítimas do racismo têm acerca da sua situação, do que fazem e do que pensam.

Como teremos que assumir que, se não é necessário nenhum estudo antropológico para que nos levantemos e protestemos contra agressões racistas ou situações de evidente discriminação, a resolução dos problemas de fundo não pode fazer-se sem que os conheçamos e sem que conheçamos e demos a conhecer as pessoas envolvidas e a forma como se relacionam.

Paulo Granjo

antropólogo, CEAS-ISCTE e CASO-Centro de Análise Social